

Demonstrações Financeiras Anuais Completas

- Declaração para fins do Artg. 25 da instrução CVM nº 480/09;
- Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 e Parecer dos auditores independentes;
- Relatório da Administração.

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A., sociedade por ações com sede na cidade de Araras, Estado de São Paulo, Rodovia Anhangüera, km 168, CEP 13600-970, inscrita no CNPJ sob o nº 03.207.703/0001-83, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009.

Araras, 16 de março de 2017.

Linomar Barros Deroldo
Diretor Presidente

Luciano Louzane
Diretor Superintendente

Juan Gabriel Lopez Moreno
Diretor de Econômico Financeiro /
Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin
Diretora Jurídica

**DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09**

Declaramos, na qualidade de diretores da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A., sociedade por ações com sede na cidade de Araras, Estado de São Paulo, Rodovia Anhangüera, km 168, CEP 13600-970, inscrita no CNPJ sob o nº 03.207.703/0001-83, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referente às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009.

Araras, 16 de março de 2017.

Linomar Barros Deroldo
Diretor Presidente

Luciano Louzane
Diretor Superintendente

Juan Gabriel Lopez Moreno
Diretor de Econômico Financeiro /
Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin
Diretora Jurídica

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2016 e
Relatório dos Auditores Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A
Araras - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos a seguir e, com base em nossa auditoria, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio

A receita proveniente de arrecadação de pedágio é decorrente dos termos e das condições estabelecidos no contrato de concessão rodoviária, que determina que "a concessão é um serviço público precedida da execução de obra pública (ativo intangível) que será explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários". Anualmente, as tarifas são reajustadas de acordo com o contrato de concessão, o que impacta diretamente a receita da concessionária com base no tráfego das rodovias. O sistema de arrecadação de

pedágio é utilizado para a mensuração e cobrança das passagens de veículos, através das vias manuais (cobrança em espécie nas cabines de pedágio) e vias automáticas (abertura automática da cancela do pedágio em decorrência da leitura do dispositivo eletrônico de identificação (TAG) fixado no interior dos veículos, além da leitura da quantidade de eixos de cada veículo passante, e a coerência entre o número de eixos cadastrados no TAG e o número de eixos reais do veículo passante). Considerando este contexto, identificamos o reconhecimento de receitas provenientes de arrecadação de pedágio como um assunto significativo que exigiu consideração especial de auditoria, além da utilização de especialistas em auditoria de sistemas para suportar nossa avaliação e entendimento sobre o funcionamento dos sistemas de arrecadação e avaliar os controles existentes acerca do reconhecimento de receitas de arrecadação de pedágio.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre este relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos comunicar este fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança sobre as demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe a incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos e condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo da apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas de controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios de comunicação para o interesse público.

Campinas, 15 de março de 2017

Audidores Independientes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Contador
CRC nº 1 SP 253932/O-4

INTERVIAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015.
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTES				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	76.312	177.247	Debêntures	10	269.816	254.412
Contas a receber	6	20.783	23.025	Fornecedores		13.413	12.465
Contas a receber - partes relacionadas	11	292.631	48.256	Obrigações sociais		3.268	3.268
Despesas antecipadas		1.457	877	Obrigações fiscais	13	16.250	14.055
Impostos a recuperar		17.557	8.048	Contas a pagar - partes relacionadas	11	3.662	3.139
Outros créditos		1.074	63	Cauções contratuais		7.326	6.123
Total dos ativos circulantes		409.814	257.516	Credores pela concessão	14	8.990	8.250
				Provisão para manutenção em rodovias		53.924	41.787
				Juros Sobre Capital Próprio (JSCP)	16	2.012	5.512
NÃO CIRCULANTES				Outras contas a pagar		1.629	619
Aplicações financeiras vinculadas		-	74	Total dos passivos circulantes		380.290	349.630
Impostos a recuperar		-	2.943				
Contas a receber - partes relacionadas	11	267.626	659.918	NÃO CIRCULANTES			
Despesas antecipadas		477	-	Debêntures	10	571.478	774.687
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	17.572	20.222	Credores pela concessão	14	16.314	21.997
Depósitos judiciais		546	202	Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	15	3.359	2.412
Imobilizado	8	2.344	1.139	Provisão para manutenção em rodovias		32.472	56.640
Intangível	9	472.578	425.457	Provisão para investimentos em rodovias		-	1.081
Total dos ativos não circulantes		761.143	1.109.955	Total dos passivos não circulantes		623.623	856.817
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	16	108.152	108.152
				Reservas de lucros		58.892	52.872
				Total do patrimônio líquido		167.044	161.024
TOTAL DOS ATIVOS		1.170.957	1.367.471	TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.170.957	1.367.471

INTERVIAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2016 E 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido do período por ação básico e diluído)

	Nota	-	-
	explicativa	31/12/2016	31/12/2015
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	17	449.057	456.043
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	18	(188.952)	(209.446)
LUCRO BRUTO		260.105	246.597
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	18	(25.846)	(23.337)
Remuneração da Administração	11	(1.991)	(2.152)
Tributárias		(77)	(144)
Outras receitas operacionais, líquidas		662	39
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		232.853	221.003
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	19	122.992	124.602
Despesas financeiras	19	(152.104)	(161.361)
		(29.112)	(36.759)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		203.741	184.244
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	7	(62.978)	(66.035)
Diferidos	7	(2.650)	6.923
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		138.113	125.132
LUCRO ATRIBUÍDO A			
Participação de controladores		138.113	125.132
LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - R\$	21	31,7334	28,7509

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INTERVIAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2016 E 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido do período por ação básico e diluído)

	Nota explicativa	Capital social		Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
		Subscrito	A integralizar	Integralizado	Legal	Dividendo adicional proposto		
Saldos em 31 de dezembro de 2014		108.710	(558)	108.152	21.631	69.192	-	198.975
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	125.132	125.132
Dividendos distribuídos		-	-	-	-	(69.192)	(83.599)	(152.791)
Juros Sobre Capital Próprio		-	-	-	-	-	(10.292)	(10.292)
Dividendos propostos		-	-	-	-	31.241	(31.241)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015		108.710	(558)	108.152	21.631	31.241	-	161.024
Saldos em 31 de dezembro de 2015		108.710	(558)	108.152	21.631	31.241	-	161.024
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	138.113	138.113
Dividendos distribuídos	16	-	-	-	-	(31.241)	(91.196)	(122.437)
Juros Sobre Capital Próprio (JSCP)	16	-	-	-	-	-	(9.656)	(9.656)
Dividendos adicional proposto	16	-	-	-	-	37.261	(37.261)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016		108.710	(558)	108.152	21.631	37.261	-	167.044

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INTERVIAS

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS PARA O PERÍODO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015.
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
RECEITAS		
Prestação de serviços	398.028	388.621
Receita dos serviços de construção	79.721	96.271
Outras receitas	7.301	5.558
	<u>485.050</u>	<u>490.450</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custo dos serviços prestados	(19.700)	(19.845)
Custo dos serviços de construção	(79.721)	(96.271)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(13.262)	(14.399)
Custo da concessão	(9.502)	(11.409)
Custos de provisão de manutenção em rodovias	(22.165)	(32.078)
Outros	(6.567)	(397)
	<u>(150.917)</u>	<u>(174.399)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>334.133</u>	<u>316.051</u>
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(32.409)	(28.190)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO (RETIDO)	<u>301.724</u>	<u>287.861</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	122.992	124.602
Juros capitalizados	762	1.267
Outros	-	100
	<u>123.754</u>	<u>125.969</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>425.478</u>	<u>413.830</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal e encargos:		
Remuneração direta	25.301	21.076
Benefícios	4.916	6.579
FGTS	1.641	2.673
Impostos, taxas e contribuições:		
Federais (incluindo IOF)	86.659	82.865
Estaduais	5	107
Municipais	20.241	19.703
Remuneração de capitais de terceiros:		
Juros	134.833	145.557
Juros capitalizados Debentures	762	
Aluguéis	1.550	1.891
Outras	11.457	8.247
Remuneração de capitais próprios:		
Integralização de Capital		
Juros sobre capital próprio	9.656	10.292
Dividendos	91.196	83.599
Lucro do exercício	37.261	31.241
	<u>425.478</u>	<u>413.830</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INTERVIAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do período	138.113	125.132
Ajustes para conciliar o lucro líquido com o caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	32.409	28.190
Baixa de ativos permanentes	570	(475)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.650	(6.923)
Variação monetária e juros sobre credores pela concessão	3.011	4.207
Receita com aplicações financeiras vinculadas	-	(19)
Juros e variações monetárias sobre mútuos	(103.577)	(76.395)
Juros e variações monetárias de debêntures	134.828	142.737
Despesa / (receitas) financeira dos ajustes a valor presente	5.796	8.247
Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	2.110	513
Constituição (reversão) de provisão para manutenção	22.165	25.696
Redução (aumento) dos ativos operacionais:		
Contas a receber	2.242	(390)
Contas a receber - partes relacionadas	(43)	-
Estoques	-	352
Despesas antecipadas	(1.057)	73
Impostos a recuperar	8.971	2.602
Outros créditos	(1.011)	34
Depósitos judiciais	(344)	(79)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:		
Fornecedores	3.535	10.924
Fornecedores - partes relacionadas	626	1.566
Cauções contratuais de fornecedores	244	(6.247)
Obrigações sociais	-	(1.382)
Obrigações fiscais	36.371	54.437
Imposto de renda e contribuição social pagos	(45.699)	(60.744)
Outras contas a pagar	2.394	9.925
Credores pela concessão	47	19
Riscos cíveis trabalhistas e fiscais	(1.163)	(179)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais	<u>243.188</u>	<u>261.821</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de itens do ativo imobilizado	(1.584)	(348)
Aquisições de itens do intangível	(111.691)	(106.083)
Valor resgatado das aplicações vinculadas	74	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	<u>(113.201)</u>	<u>(106.431)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e financiamentos:		
Pagamentos de debêntures - principal	(198.000)	-
Pagamentos de debêntures - juros	(126.779)	(123.048)
Captações de empréstimos empresas ligadas	-	(300.000)
Pagamentos de principal - empresas ligadas	74.965	-
Recebimento de Juros - empresas ligadas	161.035	-
Distribuição de juros s/ capital próprio	(11.706)	(8.019)
Pagamento de dividendos	(122.436)	(152.791)
Pagamento de credores pela concessão	(8.001)	(7.430)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento	<u>(230.922)</u>	<u>(591.288)</u>
(REDUÇÃO) AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(100.935)</u>	<u>(435.898)</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	177.247	613.145
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO	<u>76.312</u>	<u>177.247</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INTERVIAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2016 E 2015.

(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Lucro líquido do exercício das operações continuadas	138.113	125.132
Total do resultado abrangente do exercício	<u>138.113</u>	<u>125.132</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

***Concessionária de
Rodovias do Interior
Paulista S.A.***

Demonstrações Financeiras Referentes ao
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2016 e
Relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Financeiras

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores
Independentes

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Concessionária de Rodovias do Interior Paulista - Intervias S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Araras, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 168 pista sul. Constituída em 28 de maio de 1999, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A.. A Sociedade iniciou suas operações em 18 de fevereiro de 2000, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo - DER/SP nº 19/CIC/98, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411 de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo, realizar, sob regime de concessão, pelo prazo de 28 anos, a exploração do sistema rodoviário, constituído pela Rodovia SP147 - Rodovia Engenheiro João Tosello; SP157 - Anel viário Prefeito Jamil Bacar; SPI 165/330 - Contorno Gilberto Silva Telles; SP191 - Rodovia Wilson Finardi; SP215 - Rodovia Doutor Paulo Lauro; SP330 - Rodovia Anhanguera e SP352 - Rodovia Comendador Virgolino de Oliveira, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, ou seja, aqueles a serem prestados pela concessionária, compreendendo as funções operacionais, as funções de conservação e as funções de ampliação; apoio na execução dos serviços não delegados, ou seja, os serviços de competência exclusiva do poder público, não compreendidos no objeto da concessão, e a gestão e fiscalização dos serviços complementares, ou seja, os serviços considerados como convenientes, mas não essenciais, para manter o serviço adequado em todo sistema rodoviário, a serem prestados por terceiros que não a concessionária.

Em 11 de novembro de 2015, a Arteris S.A., controladora da Sociedade, transferiu ações representativas a 49% do capital social da Sociedade para sua subsidiária Arteris Participações S.A. Não houve alteração no controle da Sociedade em decorrência desse evento.

A Sociedade é uma subsidiária “estrategicamente importante” para o seu acionista controlador Arteris S.A. A Sociedade conta com uma qualidade de crédito que reflete a combinação da solidez econômica e a capacidade de gerar caixa para prover recursos suficientes, de modo que a mesma possa lidar com suas obrigações com terceiros e, ainda, continuar realizando os investimentos necessários de acordo com os contratos de concessão assinados e distribuir dividendos para sua controladora.

A emissão das demonstrações financeiras da Sociedade foi aprovada pelo Conselho de Administração em 15 de março de 2017.

2. CONCESSÕES

O contrato de concessão e exploração das rodovias é constituído pelos sistemas rodoviários mencionados na nota explicativa nº 1. Em decorrência desse contrato de concessão, a Sociedade reconheceu o direito de uso e exploração, registrado no ativo intangível como direito da outorga e como contrapartida, o passivo na rubrica de “Credores pela concessão”, conforme mencionado nas notas explicativas nº 9 e 14, respectivamente.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo nº 11, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP (“ARTESP” ou “Poder Concedente”) o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido mediante prorrogação do prazo de concessão por mais doze meses sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passou a ser até 16 de janeiro de 2028 .

Em decorrência da deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, no uso de suas atribuições legais, aprovou a inclusão no cronograma físico - financeiro do contrato de concessão, da obra item 02 06.01.50 - SP 147 – implantação de marginais e dispositivo de retorno no distrito industrial de Itapira – KM 46+250 – Leste/Oeste. O desequilíbrio econômico-financeiro decorrente da referida inclusão, apurado de acordo com a metodologia de fluxo de caixa marginal, foi de R\$1.053, em valor presente líquido (VPL) base julho/1997. O prazo estimado de prorrogação contratual para a recomposição do desequilíbrio é de 2 (dois) meses e 15 (quinze) dias, passando o período de exploração da concessão a ser até 01 de abril de 2028.

Conforme estabelecido no contrato de concessão e nos termos aditivos modificativos subsequentes da Sociedade, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ocorrida até 31 de maio.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à concessionária, ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

A Sociedade assumiu compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais se encontram substancialmente cumpridos:

Na SP 147- Rodovia Engenheiro João Tosello

- Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre os km 41,36 (em Itapira) e o km 54 (em Mogi Mirim) e entre o km 62,45 (em Mogi Mirim) e o km 106,32 (em Limeira).

Na SP 191- Rodovia Wilson Finardi

- Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre o km 43,8 ao km 44,9 (Mogi Mirim/Araras) do km 45,6 ao km 46,9 (projeção Araras/Anhanguera), e do km 49,7 ao km 74,72 (Araras- Rio Claro).

Na SP 352-Rodovia Comendador Virgolino de Oliveira

- Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre o km 162,45 e o km 185,17 (Itapira - Divisa com o Estado de Minas Gerais).

Na SP 165/330 - Rodovia Anhanguera -

- Contorno Rodoviário de Araras.

De acordo com o Termo Aditivo e Modificativo nº 06/02 e 3ª readequação do cronograma de obras de 08/10/2002, foi construído um trecho de 4,67 quilômetros de rodovia, denominado Contorno Rodoviário de Araras na SP 165/330, partindo do km 165,225 da SP 330 - Rodovia Anhanguera até o km 42,300 da SP 191 - Rodovia Wilson Finardi.

A Sociedade estima em 31 de dezembro de 2016, o montante de R\$325.051 (R\$388.863 em 31 de dezembro de 2015) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$118.894 (R\$194.890 em 31 de dezembro de 2015) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

A Sociedade vem negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio e em 31 de dezembro de 2016 estas obras estão estimadas em R\$20.026.

Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados.

As estimativas de investimentos foram registradas mediante laudo preparado por peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional - registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação ou melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente.
- (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 15.

A Sociedade, independentemente da manutenção e conservação necessárias para manter o nível de serviços adequado durante o período de concessão, deverá devolver os sistemas rodoviários em bom estado, com a atualização adequada à época da devolução e garantia de prosseguimento da vida útil por seis anos adicionais das estruturas em geral, principalmente do pavimento. Nesse período, subsequente à devolução, não deverá ocorrer à necessidade de serviços de recuperação ou reforços nas obras de arte especiais, em virtude das manutenções destinadas a preservar as estruturas das rodovias.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade são apresentadas em Real - (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações financeiras apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos do contrato de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste recuperação dos ativos intangíveis e de realização de créditos imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Sociedade forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue:

Contabilização do contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

(a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

(b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A Sociedade reconhece a amortização no resultado linearmente e com base no prazo remanescente da concessão, já que este método é o que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Determinação das receitas de construção

De acordo com CPC 17 – Contratos de construção, quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nas demonstrações financeiras da Sociedade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são:

4.1 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos mantidos para negociação por meio de resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros na categoria “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros mantidos pela Sociedade são classificados sob as seguintes categorias:

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos com prazo de vencimento superior a doze meses após a data do balanço, em que são classificados como ativo não circulante.

Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivo (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros de efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 compreendem contas a receber (nota explicativa nº 6) e contas a receber de partes relacionadas (nota explicativa nº11).

Os passivos financeiros mantidos pela Sociedade são classificados sob as seguintes categorias:

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 compreende as debêntures (nota explicativa nº 10)

Outros passivos financeiros

a) Credores pela concessão

Correspondem às parcelas fixas a serem pagas ao Poder Concedente, ajustadas a valor presente à razão de 5% ao ano, conforme a nota explicativa nº 14.

A Sociedade ajusta a valor presente o saldo da rubrica “Credores pela concessão”, registrado no passivo, circulante e não circulante, com base nas taxas médias de encargos financeiros contratados na época em que as transações se originaram.

A constituição do ajuste a valor presente teve como contrapartida a rubrica “Intangível”, na qual está registrado o direito de outorga da concessão. A reversão do ajuste a valor presente das contas no passivo tem como contrapartida a rubrica “Despesas financeiras”, pelo transcorrer do prazo.

b) Fornecedores e outras contas a pagar

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivo. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 compreendem saldos a pagar de fornecedores nacionais.

4.2 Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido as despesas das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável, este último quando aplicável.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

b) Depreciação

As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 9, limitadas, quando aplicável, ao prazo de concessão.

4.3 Ativo intangível

Ativo intangível oriundo do contrato de concessão

A Sociedade reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida no resultado linearmente, com base no prazo remanescente da concessão, a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para

uso, já que este método é o que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles que não tenham sido alocados diretamente à concessão, ou outros ativos e passivos que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido), em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível nas demonstrações financeiras e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

4.4 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda. Por tratar-se basicamente de concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

4.5 Custo de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizadas pelo tempo dos contratos.

4.6 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada sobre a base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens

não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social, e partindo da estimativa da Sociedade de lucros tributáveis futuros.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são registrados com base nos ajustes a valor presente decorrentes do direito de concessão, e dos ajustes referentes a eventuais mudanças de práticas contábeis, conforme a nota explicativa nº 7.

4.7 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e que é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado o desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

a) Provisão para investimentos

Provisão para investimentos: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de 6,40 % ao ano em 31 de dezembro de 2016 (6,35% ao ano em 31 de dezembro de 2015). A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

b) Provisão para manutenção

Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 6,40 % ao ano em 31 de dezembro de 2016 (6,35% ao ano em 31 de dezembro de 2015). A

determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco.

c) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos tributários, cíveis e trabalhistas para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais.

4.8 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

4.9 Reconhecimento de receita

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria estabelecidos no contrato de concessão é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão das obras realizadas. A receita de operação ou serviço é reconhecida no período em que os serviços são prestados.

Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão.

4.10 Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente.

4.11 Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na nota explicativa nº16.

Os juros sobre capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras. O valor dos juros é calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal. Estão limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo acumulado de lucros retidos em anos anteriores, o que for maior. Sobre o valor calculado dos juros sobre capital próprio é devido o Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, calculado à alíquota de 15%. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, a referida remuneração é considerada como dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.

4.12 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4.13 Normas e interpretações novas e revisadas e emitidas

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e International Financial Reporting Standards Interpretations Committee - IFRIC, a seguir, foram publicados ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Sociedade nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Eles serão adotados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Sociedade ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos desses novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 15 – Receita de contratos com clientes	Estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.	(1)
IFRS 9 – Instrumentos financeiros	Revisão em 2014 contém exigências para: a) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; b) metodologia de redução ao valor recuperável; c) contabilização geral de hedge.	(1)
IFRS 16 – Arrendamento Mercantil	Estabelece os princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a	(2)

divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores e substituirá o IAS 17 – Arrendamentos Mercantis, bem como interpretações correlatas.

- (1) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018;
- (2) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019;

As alterações às IFRS mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC e do Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações fossem editadas pelo CPC e aprovadas pelo CFC até a data de sua aplicação obrigatória. A Administração da Sociedade não espera que essas alterações tenham efeito sobre as demonstrações financeiras. Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Caixa e contas bancárias	2.100	2.023
Aplicações financeiras (*)	<u>74.212</u>	<u>175.224</u>
Total	<u><u>76.312</u></u>	<u><u>177.247</u></u>

(*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, com insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição, cuja composição da carteira nas respectivas datas é apresentada a seguir:

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Certificados de Depósito Bancário – CDB	-	4.916
Fundos de investimentos	<u>74.212</u>	<u>170.308</u>
Total	<u><u>74.212</u></u>	<u><u>175.224</u></u>

As aplicações financeiras representam valores aplicados em fundos de investimento, destinados a receber aplicações de investidores restritos, com liquidez diária, estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e remuneração equivalente, na média, a 99,87% do CDI, tendo como características aplicações pós-fixada em títulos públicos federais, CDB, letras financeiras e operações compromissadas lastreadas em debêntures de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
	<u>Circulante</u>	<u>Circulante</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	19.113	22.231
Cupons de pedágio a receber	659	352
Cartões de pedágio a receber	<u>1.011</u>	<u>442</u>
Total	<u><u>20.783</u></u>	<u><u>23.025</u></u>

(*) Conforme nota explicativa nº 23 c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social efetiva e nominal

A reconciliação entre a taxa efetiva e taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações de resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é como segue:

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	203.741	184.244
Alíquota vigente combinada	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	(69.272)	(62.643)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Juros sobre o capital próprio	3.283	3.499
Outras diferenças permanentes	<u>361</u>	<u>32</u>
Total	<u><u>(65.628)</u></u>	<u><u>(59.112)</u></u>
Despesa contabilizada	(65.628)	(59.112)
Despesas de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(62.978)	(66.035)
Diferido	<u>(2.650)</u>	<u>6.923</u>
	<u><u>(65.628)</u></u>	<u><u>(59.112)</u></u>

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Estão representados por:

<u>Ativo não circulante</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
<u>Bases do ativo diferido:</u>		
Provisão de participação nos lucros	1.062	1.251
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (a)	3.359	2.412
Provisão para manutenção de rodovias	86.396	98.427
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(23.314)	(23.314)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	3.558	1.760
Base de cálculo ativa	71.061	80.536
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	<u>24.161</u>	<u>27.382</u>
<u>Bases do passivo diferido:</u>		
Direito de concessão incorporado (b)	(14.523)	(15.833)
Ajuste dos encargos financeiros (credores pela concessão)	(4.855)	(5.227)
Base de cálculo passiva	(19.378)	(21.060)
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	<u>(6.589)</u>	<u>(7.160)</u>
Base de cálculo	<u>51.683</u>	<u>59.476</u>
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>17.572</u>	<u>20.222</u>

- (a) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.
- (b) Crédito decorrente da amortização do direito de concessão incorporado, registrado até a data-base da cisão da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em setembro de 2006, e, até então, controlado na “parte B” do seu LALUR. Com a incorporação da participação da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., a Sociedade registrou esse crédito, que, atendendo à legislação fiscal, foi amortizado à razão de 20% ao ano fiscalmente e pelo prazo da concessão contabilmente.
- (c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referente às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei no 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração, portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Exercício a findar-se em:

<u>Impostos diferidos ativos não circulante</u>	
2017	2.180
2018	2.180
2019	2.180
2020	2.180
Após 2021	15.441
	<u>24.161</u>

8. IMOBILIZADO

A movimentação em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é como segue:

	Móveis e utensílios	Veículos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>			
Saldo em 31.12.2014	3.973	84	4.057
Adições	348	-	348
Transferências/Reclassificações	(64)	-	(64)
Alienações/baixas	(58)	(84)	(142)
Saldo em 31.12.2015	4.199	-	4.199
Adições	1.584	-	1.584
Saldo em 31.12.2016	<u>5.783</u>	<u>-</u>	<u>5.783</u>
<u>Depreciação acumulada</u>			
Saldo em 31.12.2014	(2.799)	(46)	(2.845)
Depreciações	(394)	(2)	(396)
Transferências/Reclassificações	61	-	61
Alienações/baixas	66	54	120
Saldo em 31.12.2015	(3.066)	6	(3.060)
Depreciações	(379)	-	(379)
Transferências/Reclassificações	6	(6)	-
Saldo em 31.12.2016	<u>(3.439)</u>	<u>-</u>	<u>(3.439)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>			
Saldo em 31.12.2015	1.133	6	1.139
Saldo em 31.12.2016	2.344	-	2.344
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	

9. INTANGÍVEL

A movimentação em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Software	Intangível em andamento	Total
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 31.12.2014	645.929	28.434	60.152	2.744	20.065	757.324
Adições	40.812	-	-	128	55.331	96.271
Transferências/Reclassificações	12.609	-	-	-	(12.601)	8
Alienações/baixas	(2.308)	-	-	(1)	-	(2.309)
Saldo em 31.12.2015	697.042	28.434	60.152	2.871	62.795	851.294
Adições	26.904	-	-	155	52.662	79.721
Transferências/Reclassificações	41.640	-	-	-	(41.640)	-
Alienações/baixas	(1.497)	-	-	-	-	(1.497)
Saldo em 31.12.2016	764.089	28.434	60.152	3.026	73.817	929.518
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2014	(352.006)	(15.364)	(32.780)	(694)	-	(400.844)
Amortizações	(24.303)	(1.223)	(2.105)	(163)	-	(27.794)
Transferências/Reclassificações	(5)	-	-	-	-	(5)
Alienações/baixas	2.497	309	-	-	-	2.806
Saldo em 31.12.2015	(373.817)	(16.278)	(34.885)	(857)	-	(425.837)
Amortizações	(29.283)	(473)	(2.106)	(168)	-	(32.030)
Alienações/baixas	927	-	-	-	-	927
Saldo em 31.12.2016	(402.173)	(16.751)	(36.991)	(1.025)	-	(456.940)
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31.12.2015	323.225	12.156	25.267	2.014	62.795	425.457
Saldo em 31.12.2016	361.916	11.683	23.161	2.001	73.817	472.578
Taxas de amortização - a.a.	5%	3%	5%	5%		

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.

(b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 14.

(c) Refere-se ao direito de outorga proveniente da incorporação da parcela cindida, em setembro de 2006, da OHL Participações, que detinha participação no capital social da Intervias. Esse valor está sendo amortizado linearmente até o final do período da concessão.

A Administração preparou a projeção de fluxo de caixa descontado da Sociedade e concluiu que não há necessidade de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade capitalizou o montante de R\$762 (R\$1.268 em 31 de dezembro de 2015) referente aos custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização em 2016 foi de 0,09% a.a. e 0,12% a.a. em 2015.

10. DEBÊNTURES

Os saldos estão representados por:

	31.12.2016		31.12.2015	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Debêntures	270.943	572.664	255.796	777.000
Custo de transação	(1.127)	(1.186)	(1.384)	(2.313)
Total	269.816	571.478	254.412	774.687

A composição das debêntures é como segue:

Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	31.12.2016	31.12.2015
3ª emissão	60.000	CDI + 1,09% a.a.	set/18	417.318	622.909
4ª emissão - 1ª Série	15.000	CDI + 1,10% a.a.	out/19	154.401	154.586
4ª emissão - 2ª Série	22.500	IPCA + 5,96% a.a.	out/19	271.888	255.301
				<u>843.607</u>	<u>1.032.796</u>

As debêntures foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	Data emissão	Valor nominal	Valor nominal unitário	Data integralização	Valor subscrito
3ª emissão	23.09.2013	600.000	10	07.10.2013	601.805
4ª emissão 1ª Série	15.10.2014	150.000	10	05.11.2014	151.025
4ª emissão 2ª Série	15.10.2014	225.000	10	05.11.2014	226.615
		<u>975.000</u>			<u>979.445</u>

As debêntures da Sociedade não apresentam garantias.

A Sociedade classificou os juros pagos sobre debêntures como fluxos de caixa de financiamento, pois essas debêntures foram captadas e repassadas para a controladora, através de contratos de mútuo, para suprir a necessidade de capital de giro do grupo.

Em 31 de dezembro de 2016, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das emissões apresentavam a seguinte composição:

<u>Ano de vencimento</u>	
2018	253.994
2019	<u>318.670</u>
	<u><u>572.664</u></u>

As debêntures contêm cláusulas restritivas que implicam no vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros.

Em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade não apresenta desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos e as transações realizadas em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Ativo circulante</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
<u>Controladora</u>		
Empréstimo:		
Arteris S.A (e)	-	48.256
Debêntures:		
Debentures - Arteris S.A. (d)	292.588	-
<u>Controladora</u>		
Contas a receber:		
Arteris S.A (a)	5	-
<u>Coligadas</u>		
Contas a receber:		
Centrovias S.A. (a)	38	-
Total	<u>292.631</u>	<u>48.256</u>
 <u>Ativo não circulante</u>		
 <u>Controladora</u>		
Empréstimo:		
Arteris S.A (e)	267.626	403.239
Debêntures:		
Debentures - Arteris S.A. (d)	-	256.679
Total	<u>267.626</u>	<u>659.918</u>

100% da variação do DI (Depósito Interfinanceiro) acrescentado do *spread* de 2,0% ao ano, com vencimento do principal e juros da 4ª emissão em 25 de setembro de 2017.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.12.2016		31.12.2015	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
25.06.2015	01.06.2017	CDI + 2,0% a.a.	240.000	52.588	240.000	16.679
			<u>240.000</u>	<u>52.588</u>	<u>240.000</u>	<u>16.679</u>

- (e) Contratos de mútuo ativo com finalidade de suprir a necessidade de capital de giro da controladora Arteris S.A., com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% a 1,40% ao ano com vencimentos de juros e principal em dezembro de 2019, conforme demonstrados a seguir:

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.12.2016		31.12.2015	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
20.08.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a. (ii)	33.517	31	40.000	39.438
18.09.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a. (i)	28.518	921	97.000	93.836
04.12.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	8.000	9.308	8.000	7.344
17.12.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	52.000	60.032	52.000	47.325
19.02.2015	01.12.2019	CDI + 1,4% a.a.	60.000	15.299	60.000	6.551
			<u>182.035</u>	<u>85.591</u>	<u>257.000</u>	<u>194.494</u>

(i) Em setembro de 2016, a Sociedade recebeu R\$180.000, sendo R\$68.482 referente à principal e R\$111.518 referente a juros.

(ii) Em dezembro de 2016, a Sociedade recebeu R\$56.000, sendo R\$6.483 referente à principal e R\$49.517 referente a juros.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade reconheceu o montante de R\$727 a título de remuneração de seus administradores, adicionado de R\$1.263 relativos ao rateio da Holding, que totalizam R\$1.991 (R\$2.152 em 31 de dezembro de 2015), conforme proposta da Administração aprovada em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 29 de março de 2016, sendo a remuneração global anual de até R\$1.000. Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

12. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados programa de participação no resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos.

Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o Programa de Participação nos Resultados (PPR) registrados em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$1.062 e R\$1.251.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

13. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Estão representadas por:

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Imposto de renda	7.709	5.456
Contribuição social	3.920	4.295
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	389	36
Programa de integração social - PIS	291	298
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.430	1.494
Tributos federais retidos	369	312
Impostos sobre serviços - ISS	2.142	2.164
Total	<u>16.250</u>	<u>14.055</u>

14. CREDORES PELA CONCESSÃO

Refere-se ao valor do ônus da concessão, devidos ao DER/SP pela outorga da concessão, ajustado a valor presente.

O valor do ônus da concessão será liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em fevereiro de 2000. O montante é reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

	Valor presente		Valor real em (*)	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Circulante				
Direito de outorga	8.319	7.626	8.543	7.833
Parcela variável (a)/(b)	671	624	671	624
Total	<u>8.990</u>	<u>8.250</u>	<u>9.214</u>	<u>8.457</u>
Não circulante	Valor presente		Valor real em (*)	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Direito de outorga	16.314	21.997	18.052	24.928
Total	<u>16.314</u>	<u>21.997</u>	<u>18.052</u>	<u>24.928</u>

(*) Valores reais atualizados até a data de encerramento do período, inseridos somente como informação adicional.

(a) Valor variável correspondente a 1,5% da receita bruta de pedágio mensal. Em 14 de dezembro de 2013, o Conselho Diretor da Artesp prorrogou por prazo indeterminado a autorização concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de outorga variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as receitas da concessionária).

(b) Valor variável correspondente a 25% das receitas mensais acessórias efetivamente obtidas, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

A quantidade de parcelas a partir de 31 de dezembro de 2016 está assim representada:

	Parcelas		
	Circulante	Não circulante	Total
Quantidade de parcelas	12	25	37

O valor pago pela Sociedade no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 ao Poder Concedente foi de R\$15.629 (R\$8.001 de parcela fixa e R\$7.628 de parcela variável).

Em 31 de dezembro de 2016, as parcelas relativas ao valor presente classificadas no passivo não circulante apresentam a seguinte composição:

Ano de vencimento	
2018	8.038
2019	7.655
2020	621
	<u>16.314</u>

15. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados internos e externos, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente os fluxos de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante os exercícios findo em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é conforme segue:

	31.12.2015	Adições	Reversões	Pagamentos	31.12.2016
Cíveis	1.129	1.586	(353)	(986)	1.376
Trabalhistas	1.283	1.512	(635)	(177)	1.983
Total	<u>2.412</u>	<u>3.098</u>	<u>(988)</u>	<u>(1.163)</u>	<u>3.359</u>

	31.12.2014	Adições	Reversões	Pagamentos	31.12.2015
Cíveis	1.221	6	(10)	(88)	1.129
Trabalhistas	857	517	-	(91)	1.283
Total	<u>2.078</u>	<u>523</u>	<u>(10)</u>	<u>(179)</u>	<u>2.412</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam o montante de R\$3.122 em 31 de dezembro de 2016 (R\$1.635 em 31 de dezembro de 2015).

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante no montante de R\$546 (R\$202 em 31 de dezembro de 2015) referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

Provisão para manutenção e investimentos

A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos nas rodovias é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os exercícios findo em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é conforme segue:

	Circulante		Não circulante	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldos em 31.12.2014	-	13.647	738	68.523
Adições/Reversões	-	-	293	25.696
Utilizações	-	(17.635)	-	-
Ajuste a valor presente	-	-	50	8.196
Transferências	-	45.775	-	(45.775)
Saldos em 31.12.2015	-	41.787	1.081	56.640

	Circulante		Não circulante	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldos em 31.12.2015	-	41.787	1.081	56.640
Adições/Reversões	-	-	(660)	22.165
Utilizações	-	(40.413)	-	-
Ajuste a valor presente	-	-	(421)	6.217
Transferências	-	52.550	-	(52.550)
Saldos em 31.12.2016	-	53.924	-	32.472

Os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, referentes às manutenções realizadas, foram de R\$36.503 (R\$22.143 em 31 de dezembro de 2015).

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2016 e em 2015 é de R\$108.710, compostos por 4.352.285 ações ordinárias e sem valor nominal, integralizadas pelo valor de R\$108.152, que representam 4.321.025 ações.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

- b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reserva de lucros a realizar ou distribuição de dividendos adicionais observado, o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 2016, foram distribuídos dividendos do total da reserva de lucros no montante de R\$31.241, como dividendos adicionais propostos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Em setembro de 2016, a Sociedade efetuou antecipação de dividendos referente ao período findo em 30 de junho de 2016 no montante de R\$15.877, mediante a utilização dos saldos da conta de lucros acumulados a títulos de dividendos declarados na Reunião da Administração de 16 de junho de 2016.

Em dezembro de 2016, a Sociedade efetuou antecipação de dividendos referente ao período findo em 30 de setembro de 2016 no montante de R\$75.319, mediante a utilização dos saldos da conta de lucros acumulados a títulos de dividendos declarados na Reunião da Administração de 16 de dezembro de 2016.

	31.12.2016	31.12.2015
Lucro líquido do exercício	138.113	125.132
Reserva legal de 5%	-	-
Base de cálculo	138.113	125.132
Dividendos estatutários obrigatórios	25%	25%
Total	<u>34.528</u>	<u>31.283</u>
Dividendos antecipados	(91.196)	(83.599)
Juros sobre capital próprio	(9.656)	(10.292)
Dividendos propostos	<u>(37.261)</u>	<u>(31.241)</u>
	<u>(138.113)</u>	<u>(125.132)</u>
Número de ações durante o exercício	4.352	4.352
Dividendos por ação distribuído	(23,17)	(21,57)
Dividendos por ação proposto	<u>(8,56)</u>	<u>(7,18)</u>
Dividendo por ação	<u>(31,73)</u>	<u>(28,75)</u>

Juros sobre capital próprio

O limite máximo para determinação dos juros sobre o capital próprio é definido com base no patrimônio líquido da Sociedade, usando a TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro e, conforme exigência legal, limitado a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo de lucros acumulados antes de incluir o lucro líquido do próprio exercício, o que for maior. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, esse montante, que está abaixo do valor apurado com base nos parâmetros definidos por lei, foi considerado dedutível para fins de Imposto de Renda.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a Sociedade distribuiu lucros antecipados na forma de juros sobre capital próprio no montante de R\$9.656, o qual incide a quantia

de R\$ 1.448, referente ao imposto de renda retido na fonte, sendo o saldo líquido em R\$ 8.207.

17. RECEITAS

Estão representadas por:

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Receita de serviços prestados	398.028	388.621
Receita de serviços de construção	79.721	96.271
Outras receitas	<u>6.639</u>	<u>5.558</u>
	<u><u>484.388</u></u>	<u><u>490.450</u></u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício é como segue:

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Receita bruta	484.388	490.450
ISSQN	(20.195)	(19.703)
PIS	(2.696)	(2.619)
COFINS	<u>(12.440)</u>	<u>(12.085)</u>
Receita líquida	<u><u>449.057</u></u>	<u><u>456.043</u></u>

18. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Despesas:		
Com pessoal	(12.627)	(12.907)
Serviços de terceiros	(2.966)	(3.765)
Manutenção de bens e conservação	(1.551)	(524)
Depreciação / Amortização	(379)	(321)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(2.110)	(513)
Comunicação e marketing	(1.696)	(1.058)
Seguros/Garantias	(27)	4
Consumo	(1.656)	(2.912)
Transportes	(609)	(598)
Outros	<u>(2.225)</u>	<u>(743)</u>
Total	<u><u>(25.846)</u></u>	<u><u>(23.337)</u></u>

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Custos:		
Custos de serviços da construção	(79.721)	(96.271)
Com pessoal	(17.238)	(19.908)
Serviços de terceiros	(7.439)	(4.378)
Conservação	(12.289)	(11.104)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(1.398)	(2.031)
Consumo	(2.436)	(2.428)
Transportes	(3.402)	(3.803)
Custos com o poder concedente	(7.675)	(7.200)
Seguros / Garantias	(1.827)	(1.948)
Provisão de manutenção em rodovias	(22.165)	(32.078)
Depreciação / Amortização	(32.030)	(27.869)
Outros	(1.332)	(428)
Total	<u>(188.952)</u>	<u>(209.446)</u>

19. RESULTADO FINANCEIRO

Estão representados por:

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	19.210	48.206
Juros ativos	103.577	76.396
Outras receitas	205	-
Total	<u>122.992</u>	<u>124.602</u>

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(136.296)	(144.250)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(5.796)	(8.247)
Atualização montária do ônus da concessão	(3.011)	(4.207)
Outras despesas	(7.001)	(4.657)
Total	<u>(152.104)</u>	<u>(161.361)</u>

20. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	16.649	23.667
Juros sobre capital próprio propostos e não pagos	2.012	5.512
Juros capitalizados	762	1.267
	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível do exercício	(49.381)	(34.746)

21. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
<u>Básico/Diluído</u>		
Lucro líquido do exercício	138.113	125.132
Número de ações durante exercício	<u>4.352</u>	<u>4.352</u>
Lucro por ação	<u><u>31,7355</u></u>	<u><u>28,7528</u></u>

Não há diferença entre lucro básico e lucro diluído por ação por não ter havido durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme quadro a seguir:

	Nível	31.12.2016			31.12.2015		
		Empréstimos recebíveis	Ativo financeiro mantido até o vencimento	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	Empréstimos recebíveis	Ativo financeiro mantido até o vencimento	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado
Equivalentes de caixa	Nível 2	-	76.312	-	-	177.247	-
Partes relacionadas	Nível 2	560.257	-	-	708.174	-	-
Contas a receber clientes	Nível 2	20.783	-	-	23.025	-	-
Outras contas a receber	Nível 2	1.620	-	-	265	-	-
Aplicações financeiras	Nível 2	-	-	-	-	74	-
Fornecedores e caução contratuais	Nível 2	-	-	20.739	-	-	18.588
Debêntures	Nível 2	-	-	841.294	-	-	1.029.099
Partes relacionadas	Nível 2	-	-	5.674	-	-	8.651
Credores pela concessão	Nível 2	-	-	25.304	-	-	30.247
Outras contas a pagar	Nível 2	-	-	1.629	-	-	619
		<u>582.660</u>	<u>76.312</u>	<u>894.640</u>	<u>731.464</u>	<u>177.321</u>	<u>1.087.204</u>

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:

Empréstimos e recebíveis

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas estejam próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

Ativo financeiro mantido até o vencimento

O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixado e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado

Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à TJLP aproximam-se dos seus valores justos em razão da TJLP ser

uma taxa que, apesar de pré-fixada, não sofre variações, uma vez que é pré-determinada todos os trimestres pelo conselho monetário nacional (CMN).

23. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento a Instrução CVM nº475, em 31 de dezembro de 2016, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras e dos mútuos e debêntures com partes relacionadas.

Efeito no lucro antes da tributação - Aumento/Redução em pontos bases			
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	10,00%	12,50%	15,00%
Juros a incorrer - Debêntures (*)	(54.159)	(65.916)	(77.516)
Receita de aplicações financeiras	7.411	9.264	11.117
Receita financeira de mútuo (*)	64.463	78.439	92.371
Juros a incorrer líquido(*)	17.715	21.787	25.972
IPCA	4,51%	5,64%	6,77%
Juros a incorrer - Debêntures (*)	(28.085)	(31.208)	(34.331)
Juros a incorrer líquido(*)	(28.085)	(31.208)	(34.331)
Juros a incorrer (*)	<u>(10.370)</u>	<u>(9.422)</u>	<u>(8.359)</u>

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2016 a Sociedade apresentava valores a receber no valor de R\$19.113 (R\$22.231 em 31 de dezembro de 2015) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Movemais, Conectcar e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

d) Risco de liquidez e gestão de capital

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de debêntures.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2017	2018	2019	2020	Total
Debêntures - CDI	15,30%	314.600	287.148	55.467	-	657.215
Debêntures - IPCA	13,60%	15.813	16.537	321.150	-	353.500
Credores pela concessão	7,20%	8.661	9.198	9.813	844	28.516
		<u>339.074</u>	<u>312.883</u>	<u>386.430</u>	<u>844</u>	<u>1.039.231</u>

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	01/01 a 31/03/2017	01/04 a 30/06/2017	01/07 a 30/09/2017	01/10 a 31/12/2017	Total
Debêntures - CDI	15,30%	26.540	9.968	219.913	58.179	314.600
Debêntures - IPCA	13,60%	-	-	-	15.813	15.813
Credores pela concessão	7,20%	2.105	2.105	2.225	2.225	8.661
		<u>28.646</u>	<u>12.073</u>	<u>222.138</u>	<u>76.217</u>	<u>339.074</u>

24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

25. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, riscos de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de dezembro de 2016, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000
	Responsabilidade civil	23.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	179.006

(*) Por sinistro

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
DA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A.**

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. (“Companhia” ou “Intervias”) submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

CONTEXTO DO NEGÓCIO E ATIVIDADE

A Companhia iniciou suas operações em 18 de fevereiro de 2000 com o objetivo exclusivo de explorar, sob o regime de concessão, o sistema constituído pela Malha Rodoviária de Ligação entre Itapira, Mogi Mirim, Limeira, Piracicaba, Conchal, Araras, Rio Claro, Casa Branca, Porto Ferreira, São Carlos, Cordeirópolis e Santa Rita do Passa Quatro, com extensão de 375,7 km de rodovias, compreendendo a execução, gestão e fiscalização de serviços delegados, que correspondem às funções operacionais de conservação e de ampliação, os serviços complementares, que correspondem às funções necessárias para manter o serviço adequado em todo o sistema rodoviário e de apoio aos serviços não delegados, ou seja, aqueles de competência exclusiva do Poder Público.

O prazo de concessão é de 20 anos, contados da data de recebimento do controle do sistema rodoviário existente. Através do Termo Aditivo e Modificativo nº. 14/06, datado de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (“ARTESP”), o reequilíbrio da adequação econômico-financeiro do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido através da prorrogação do prazo da concessão por mais 95 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Diante disso, o período de exploração da concessão foi prorrogado para 16 de janeiro de 2028. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito a indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos 5 anos do prazo de concessão.

A economia da região é baseada na atividade agroindustrial, sendo a região a principal na produção de açúcar e álcool no Brasil.

Atualmente, a Companhia opera nove praças de pedágio localizadas ao longo da malha viária sob sua concessão com as seguintes características:

Nome Praça	Localização	Tarifa (R\$)
Pirassununga	SP 330 / km 215	7,30
Leme	SP 330 / km 181+760	7,30
Rio Claro	SP 191 / km 59	3,10
Araras	SP 191 / km 27+500	5,70
Engenheiro Coelho	SP 147 / km 91+300	5,40
Mogi Mirim	SP 147 / km 52	7,20
Iracemápolis	SP 147 / km 127,200	5,50
Sta Cruz das Palmeiras	SP 215 / km 65,550	5,60
Descalvado	SP 215 / km 104,400	5,80

TERMO ADITIVO MODIFICATIVO

Em 05 de janeiro de 2012, foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo o Termo Aditivo Modificativo (“TAM”) ao Contrato de Concessão entre a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP (“Poder Concedente”) e a Companhia. Referido TAM tem como objeto a alteração (i) do índice de reajuste das tarifas de pedágio do Contrato de Concessão, do Índice Geral de Preço de Mercado (“IGP-M”) para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”); e (ii) do procedimento e forma de revisão contratual para verificação da existência de desequilíbrio econômico-financeiro e sua recomposição, decorrentes da utilização do novo índice de reajuste tarifário. Diante disso, será caracterizada a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão a favor da Concessionária ou a favor do Poder Concedente, caso se verifique diferença entre o montante anual da receita de pedágio auferida por meio das tarifas reajustadas pelo IPCA, efetivamente cobradas pela Concessionária, e o montante que teria sido recebido caso as tarifas tivessem sido reajustadas pelo IGP-M.

O desequilíbrio será apurado no mês de julho de cada ano, considerando o mesmo período do reajuste contratual das tarifas de pedágio (desequilíbrio anual). O reequilíbrio será realizado a cada dois anos (reequilíbrio bienal), mas a periodicidade poderá ser reavaliada de comum acordo pelas partes a partir do 5º (quinto) ano.

Essa modificação foi aprovada pelo Secretário Estadual de Logística e Transportes em 28 de junho de 2012 e será aplicável ao reajuste de 1º de julho de 2013.

Em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial do Estado, Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a Deliberação autoriza o reajuste dos pedágios a partir de 01 de julho de 2013 pelo índice do IGPM, mas com repasse zero aos usuários.

O Conselho Diretor deliberou, ainda, sobre as medidas de recomposição do desequilíbrio dos contratos de concessão nos seguintes termos: (i) utilização de 50% do valor de ônus variável;

(ii) implementação de cobrança de eixos suspensos dos caminhões; (iii) utilização de créditos em favor do Estado de adequações de cronograma decorrentes de atrasos e postergações de obras e (iv) utilização do ônus fixo devido ao Estado.

Tais medidas deverão ser avaliadas individualmente, deliberadas pela Secretaria dos Transportes e aprovadas pelo Poder Concedente. Na data base de 31 de dezembro de 2016, a ARTESP ainda não havia formalizado o Termo Aditivo e Modificativo – TAM, que prevê a sistemática de reequilíbrio do contrato de concessão para estas medidas.

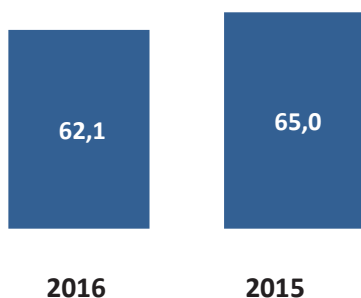
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Tráfego

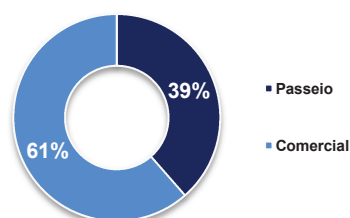
O tráfego pedagiado totalizou 62,1 milhões de veículos equivalentes em 2016, 4,40% inferior quando comparado ao exercício anterior. A significativa queda observada tem como principais fatores: desaceleração da atividade econômica brasileira, queda de consumo, de renda e de produção industrial e aumento na taxa de desemprego.

A composição do tráfego pedagiado (medida em veículos equivalentes) em 2016 foi de 61% de veículos pesados e 39% de veículos leves.

Tráfego Pedagiado
Veículos Equivalentes (R\$ milhões)



Composição do Tráfego 2016

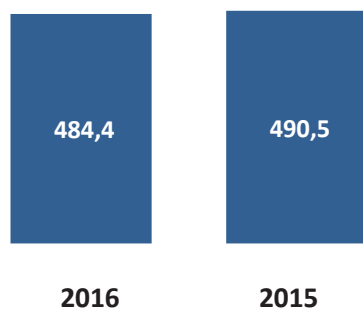


Receita

A receita bruta da Companhia, composta por receita de pedágio, receita de obras e outras receitas acessórias, totalizou R\$ 484,4 milhões em 2016, com queda de 1,26% em relação aos R\$ 490,5 milhões registrados em 2015.

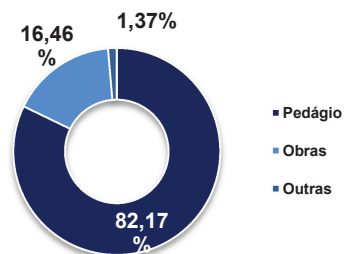
Receita Bruta

(R\$ milhões)



Composição da Receita Bruta

Ano 2016



A receita de pedágio cresceu 0,8%, passando de R\$ 388,6 milhões em 2015 para R\$ 398,0 milhões em 2016. A principal razão que levou ao aumento foi reajuste das tarifas básicas praticadas em 9,32% a partir de 01/07/2016, com base na evolução do IPCA entre os meses de junho de 2015 e maio de 2016, levado em consideração o Termo Aditivo e Modificativo (“TAM”) nº 19/2011, bem como o Termo de Retirratificação ao sobredito TAM, formalizado em 26/06/2015, compensado pela redução do tráfego no período, mencionada e justificada acima.

Já a receita de obras provenientes da realização de investimentos no intangível, registrou um acréscimo de R\$ 16,6 milhões, passando de R\$ 96,3 milhões em 2015 para R\$ 79,7 milhões em 2016, tendo como principal destaque a finalização das obras de duplicação do contorno de Mogi Mirim. A contrapartida desta receita de igual montante está demonstrada na rubrica de Custo dos Serviços de Construção, eliminando seu efeito no resultado.

As receitas acessórias, oriundas da exploração da faixa de domínio, totalizaram R\$ 6,6 milhões (19,4% maior) em 2016.

No ano de 2016, a Companhia obteve uma receita líquida de R\$ 449,1 milhões, R\$ 6,9 milhões superior ao ano de 2015, justificadas pelas informações já citadas acima.

Custos e Despesas (excl. depreciação e amortização)

R\$ milhões	2016	2015	Var.
Custos dos serviços de construção	(79,7)	(96,3)	-17,2%
Serviços de terceiros	(12,1)	(9,2)	31,5%
Pessoal	(29,9)	(32,8)	-9,0%
Provisão para manutenção de rodovias	(22,2)	(32,1)	-30,9%
Conservação	(15,2)	(13,7)	11,6%
Custos com o poder concedente	(7,7)	(7,2)	6,6%
Seguros e garantias	(1,9)	(1,9)	-4,6%
Remuneração da Administração	(2,0)	(2,2)	-7,5%
Consumo	(4,1)	(5,3)	-23,4%
Outros	(9,1)	(6,2)	46,9%
Custos e despesas	(183,8)	(206,9)	-11,1%

Os custos e despesas (excluindo depreciações e amortizações) diminuíram 11,1% em 2016 em comparação ao exercício de 2015. A variação de R\$ 23,10 milhões é justificada pelos seguintes fatores:

- Redução de R\$16,6 milhões com os Custos de Serviços de Construção devido principalmente à finalização das obras de duplicação do contorno de Mogi Mirim;
- Redução de R\$ 9,9 milhões em Provisão de Manutenção devido à realização de obras da 3ª intervenção programada de pavimento;
- Redução de R\$ 3,0 milhões em Pessoal devido à de externalização dos serviços de APH realizado em maio/15;
- Aumento de R\$ 2,9 milhões em Serviços de Terceiros devido à externalização dos serviços APH (em maio/15), anteriormente à esse processo os serviços eram executados por pessoal próprio;
- Aumento de R\$2,9 milhões em Outros devido à: (i) variação em provisões de contingências por consequência de entrada de novos processos, atualização de valores de franquia e atualização de prognósticos; (ii) pagamento de indenizações realizadas no período.

Cabe ressaltar que o custo dos serviços de construção, registrado em função da adoção do ICPC 01, tem como contrapartida receita de obras equivalente, não impactando o resultado da Companhia.

EBITDA e EBITDA Ajustado

R\$ milhões	2016	2015	Var.
Receita Líquida	449,1	456,0	-1,5%
(-) Custos e despesas (excl. deprec. e amortização)	(183,8)	(206,9)	-11,1%
EBITDA ¹	265,3	249,2	6,4%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	22,2	32,1	-30,9%
EBITDA Ajustado ²	287,4	281,3	2,2%

¹ EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

² Considera os ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01). A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício."

A Companhia entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços nas rodovias, é o EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA adicionando-se o montante de Provisão para Manutenção de Rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercício fiscal futuro.

O EBITDA Ajustado, excluindo os efeitos das provisões de manutenção em rodovias advindas da adoção do ICPC-01, encerrou o ano de 2016 em R\$287,4 milhões, com um aumento de 2,2% em relação ao ano anterior. Essa variação foi gerada principalmente pelo aumento da receita de pedágio, proporcionalmente maior se comparado ao incremento dos custos e despesas.

Resultado Financeiro

R\$ milhões	2016	2015	Var.
Receitas Financeiras	123,0	124,6	-1,3%
Despesas Financeiras	(152,1)	(161,4)	-5,7%
Resultado Financeiro Líquido	(29,1)	(36,8)	-20,8%

O resultado financeiro líquido de 2016 foi negativo em R\$ 29,1 milhões, 20,8% menor quando comparado ao ano de 2015. Os principais fatores que contribuíram para esse aumento foram:

- As receitas financeiras apresentaram queda de 1,3%, que correspondeu a R\$1,6milhões. Esta redução deve-se aos resgates de aplicações financeiras e

pagamento de contratos de mútuo realizados ao longo do exercício frente às obrigações da companhia.

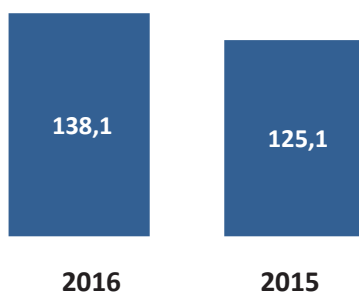
- As despesas financeiras sofreram queda de R\$9,3 milhões (5,7%) em consequência das amortizações de parcelas de principal e juros dos contratos de 3ª e 4ª emissão de debêntures.

Lucro Líquido

A Companhia encerrou o exercício de 2016 com aumento de R\$13,0 milhões em seu lucro líquido quando comparado aos R\$125,10 milhões do ano anterior. Este resultado se deu principalmente em função do aumento na receita de pedágio e na melhora do resultado financeiro, compensados, em menor proporção, pelo aumento dos custos e despesas operacionais.

Lucro Líquido

(R\$ milhões)



Endividamento

R\$ milhões	31/12/2016	31/12/2015	Var.
Dívida Bruta	841,3	1.029,1	-18,2%
Curto Prazo	269,8	254,4	6,1%
Longo Prazo	571,5	774,7	-26,2%
Disponibilidades e aplicações financeiras ¹	(76,3)	(177,2)	-56,9%
Dívida Líquida	765,0	851,9	-10,2%

¹ Curto e longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2016, o endividamento bruto totalizou R\$ 841,3 milhões, apresentando uma queda de R\$ 187,8 milhões (18,2%) em relação ao ano anterior. A redução da dívida resulta da amortização de principal e juros provenientes das operações de 3ª e 4ª Emissão de debêntures.

O endividamento líquido (composto por dívida bruta menos caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas), encerrou o ano de 2016 em R\$ 765,0 milhões, representando uma redução de 10,2% em relação ao ano de 2015, resultado da redução do saldo devedor das operações de debêntures. O grau de alavancagem, medido pela equação dívida líquida / EBITDA Ajustado – Ônus Fixo (últimos 12 meses) ficou em 2,7x.

DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

Durante o ano de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou os pagamentos de dividendos e de juros sobre capital próprio, abaixo representada:

Proventos em Dinheiro	Deliberado em	Pagamento em	Valor
Dividendos		17/06/2016	R\$ 47,1 milhões
Dividendos		16/12/2016	R\$ 75,3 milhões
Juros Sobre Capital Próprio		17/06/2016	R\$ 7,2 milhões
Juros Sobre Capital Próprio		16/12/2016	R\$ 4,5 milhões

INVESTIMENTOS

Em 2016, a Intervias investiu R\$76,8 milhões em ativos imobilizados e intangíveis. Além disso, foram pagos R\$36,5 milhões em obras de manutenção e conservação das rodovias administradas pela Companhia. Os recursos foram aplicados principalmente nas seguintes obras:

- Duplicação da SP 147 (trecho do km 64+800 ao km 85+700), incluindo dispositivos de acesso/retorno;
- Contorno de Mogi Mirim - 2ª Fase SP 157 /340;
- Marginal Dist. Ind. Itapira - km 46+250 da rodovia SP 147;
- TF km 61,100 a 63,450 O (2.350 m) da rodovia SP 215;
- 3ª intervenção programada de pavimento da rodovia SP 330;
- recuperação de obras de arte;
- implantação de sinalização (horizontal e vertical) e dispositivos de segurança;
- sistemas de inspeção de tráfego e de arrecadação.

RECURSOS HUMANOS

A seguir evolução do quadro de pessoal e índice de rotatividade.

	2016	2015
Empregados diretos	409	421
Rotatividade	0,69%	3,58%

No que concerne a diversidade, apresentamos um indicador com participação de 57,9% de mulheres, contra 42,1% de homens. A média de idade está concentrada em 35 anos. A base de formação educacional do efetivo de pessoal é o Ensino Médio Completo (antigo Segundo Grau), com 72,6 % dos empregados. Vale mencionar que 13,9% possuem superior completo.

Ao longo de 2016, a Companhia buscou capacitar seus profissionais com a realização de treinamentos. No total, tais atividades envolveram 10.084 horas de treinamento, o que corresponde, em média, a 24,65 horas de treinamento por profissional.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Responsabilidade Social e Ambiental - Sustentabilidade

A Arteris é uma companhia que conduz seus negócios de forma sustentável, garantindo que sua atuação permita o desenvolvimento das comunidades lindeiras, dos colaboradores e da sociedade como um todo. A Arteris possui ações em seis áreas:

Segurança

Com a meta de reduzir em 50% o total de acidentes nas rodovias sob concessão no período 2011-2020, a Arteris reforça constantemente as ações relativas à segurança viária. A Arteris criou o Grupo Estratégico de Redução de Acidentes (GERAR), responsável por estudos e planos de ação para zerar o número de acidentes no ambiente de trabalho e reduzir o número de acidentes e mortes nas rodovias. Desde setembro de 2014, a companhia realiza o Mês da Segurança Arteris, ação de conscientização pioneira no setor de concessões de rodovias.

Educação

A educação e a humanização do trânsito são prioridade na atuação da Arteris. Pensando nisso, a companhia criou o Projeto Escola, que há 15 anos desenvolve atividades com professores e alunos da rede pública relacionadas à segurança no trânsito. A iniciativa foi vencedora do Prêmio Denatran de Educação para o Trânsito em 2016. A mesma estratégia é aplicada para educadores e educandos com temas relacionados à questão ambiental por meio do Viva Meio Ambiente.

Também são desenvolvidas ações como o Passarela Viva ,Viva Pedestre, Viva Ciclista, Viva Motociclista, Viva Seguro – que promove mensagens de segurança em empresas lindeiras –, e, desde 2016, o Viva Comunidade, que leva para as cidades os programas sociais já desenvolvidos em nossas rodovias ,além de outros voltados à sustentabilidade ,saúde e bem estar .No ano passado a empresa também criou o “Tô de Cinto, Tô Seguro”, por meio do qual conscientiza usuários de transporte público de longa distância.

Saúde

O Programa Saúde na Boleia já beneficiou mais de 100 mil caminhoneiros por meio de orientações de saúde, segurança, exames gratuitos e vacinação. O objetivo é incentivar os cuidados com a qualidade de vida entre os profissionais de transporte. O programa favorece uma abordagem preventiva, estimulando a realização de exames.

Meio Ambiente

A Arteris desenvolve iniciativas de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas, plantio de mudas de vegetação nativa e iniciativas de educação ambiental. O Sistema de Gestão Ambiental é o mecanismo no qual o Grupo acompanha a execução das ações nesta área. A companhia ainda faz reciclagem de lixo e possui convênios com universidades para o controle da fauna.

Projetos culturais, sociais e esportivos

A fim de promover cultura, esporte e saúde às cidades e municípios onde a Arteris atua também faz parte das estratégias da companhia o apoio a projetos locais por intermédio do incentivo fiscal.

Nessas oportunidades, a companhia promoveu parcerias com instituições de apoio a crianças especiais e outras entidades de forma a levar a essas mostras pessoas que dificilmente teriam acesso a atividades culturais deste tipo.

As cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Florianópolis já foram contempladas por grandes exposições, como Dalí, Joan Miró, Pablo Picasso e Antoni Gaudí patrocinadas pela empresa em parceria com o Instituto Tomie Ohtake. Além da Escola de Teatro Bolshoi, Projeto Guri, Festival ChorandoSemParar, Natal Luz de Lages/SC, Meia Maratona Rio Mafra, Projeto Kimono de Ouro de Araras/SP, Projeto Amparo (Idosos), GRAAC, AACD, Fundação Dorina Nowill e Hospital de Câncer de Barretos.

Voluntariado

O programa de voluntariado empresarial oferece aos colaboradores do grupo Arteris a possibilidade de participarem de ações voluntárias, aumentando a prática da cidadania e o compromisso com os valores da companhia, agregando assim, valor ao negócio. O Programa Voluntários tem como objetivo construir uma rede cada vez mais ampla de pessoas engajadas socialmente, movidas pelo sentimento colaborativo, promovendo o melhor relacionamento entre os colaboradores, comunidade e empresa.

AGRADECIMENTOS

A Companhia gostaria de registrar seus agradecimentos aos usuários, investidores, órgãos governamentais, fornecedores, agentes financiadores e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como à equipe de profissionais pelo empenho e dedicação dispensados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº. 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Intervias, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no relatório do auditor da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

Diretoria

Linomar Barros Deroldo

Diretor Presidente

Luciano Louzane

Diretor Superintendente

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor Econômico Financeiro / Diretor de
Relações com Investidores

Maria de Castro Michelin

Diretora Jurídica

Conselho de Administração

David Antonio Díaz Almazán

Conselheiro

Marta Casas Caba

Conselheira

Marcos Pinto Almeida

Conselheiro